

## REPORTAGEM ESPECIAL

# Litoral vira morada de quem não quer voltar a locais atingidos por enchentes

» Cheia histórica de maio é novo marco de mudança no cenário dos municípios litorâneos

Loraine Luz, especial para o JC  
economia@jornaldocomercio.com.br

Neusa Zynich, 66 anos, está em Balneário Pinhal, na casa da filha, Gabriela dos Santos Zynich, depois de perder a residência em Canoas para a enchente. Myllena Moreira, 24 anos, está na casa do pai, em Tramandaí, com o filho Micael, de 8 anos, depois de ter sido resgatada pelos bombeiros do apartamento onde morava, também em Canoas.

Tiago Bopsin, 36 anos, está abrigado em Capão da Canoa. Sua casa recém-construída nos fundos de um terreno no bairro Humaitá, em Porto Alegre, foi levada pelas águas. Valnéria Ribeiro, 46 anos, reveza residências de conhecidos, em Magistério e em Cidreira, sem ter como voltar para a Ilha da Pintada, na Capital, onde passou toda a vida. Vinicius Grings da Silva, 33 anos, está com a família em Osório, depois que a residência em Rolante foi inundada, destruindo móveis, eletrodomésticos e itens pessoais.

Em comum entre eles não apenas o maior desastre socioambiental da história do Rio Grande do Sul, mas uma decisão: a de permanecer no Litoral. “Avaliamos que entre 5% e 10% do total que foi para o Litoral parece desejar ficar. Vamos dizer que 5% é um percentual mais adequado. Isso pode ser percebido pelo pedido de vagas em creches e cadastros de SUS”, afirma o presidente da Associação dos Municípios do Litoral Norte (Amlinorte) e também prefeito de Maquiné, João Marcos Bassani dos Santos. Para ele, a decisão de ficar é um desejo de recomeçar.

Ique Vedovato, prefeito de Imbé, vê semelhanças entre o momento atual e o período da pandemia, quando o Litoral também recebeu mais gente por um longo período. “É muito parecido. Muitas pessoas que deverão recomeçar sua vida o farão por

aqui. Teremos um incremento populacional grande”, aposta. Para o secretário de Assistência Social de Balneário Pinhal, Rômulo Ingracio, é evidente pelas ruas que muita gente continua na praia mais de 40 dias depois do início do desastre. “Entre 50% e 60% ainda permanecem”, estima ele.

Em outras localidades na faixa leste gaúcha, a percepção é parecida. “Ainda tem muita gente aqui, a cidade está aquecida, mais ou menos como um dia de semana de veraneio”, atesta o prefeito de Capão da Canoa, Amauri Magnos Germano, durante entrevista em meados de junho. Segundo ele, houve picos de 150 mil e até 180 mil pessoas que passaram pela praia durante os dias mais críticos da enchente em Porto Alegre e Região Metropolitana.

“Ainda não dá para ter certeza do número, mas em conversas com técnicos e secretários que tiveram mais contato com as pessoas que precisaram de atendimento, sabe-se que muitas não pretendem voltar”, garante.

A prefeitura de Cidreira projeta que o número de habitantes aumentou em cerca de 8 mil desde as inundações, entre desabrigados acolhidos por moradores e veranistas não necessariamente atingidos, mas que buscaram o

Litoral para fugir do caos. Segundo nota à reportagem, há forte expectativa de que muitos não retornem às cidades de origem, dada a maior demanda nas unidades de saúde da família, em postos e na transferência de registros SUS.

Na agência Sine/FGTAS dentro do centro administrativo da prefeitura, um detalhe chama a atenção dos recrutadores: currículos com mais experiência, o que faz Zeno Andrade, secretário da Indústria e Comércio de Cidreira, pasta responsável pelo Sine, relacionar à presença na praia de pessoas vindas de outras localidades por causa da enchente.

“Por isso estamos falando com os empresários locais, fazendo uma campanha para que divulguem suas vagas”, afirma Zeno. No entendimento dele, com mais gente circulando, o setor de serviços deve precisar reforçar o quadro de funcionários para se adequar à demanda.

A possibilidade de currículos mais incrementados também chamou a atenção do coordenador do Sine de Capão da Canoa, Cristian Machado, que teve a iniciativa de visitar abrigos e oferecer o cadastro a pessoas acolhidas, caso tivessem interesse em emprego local. Segundo ele, trabalhado-



Neusa está na casa da filha, Gabriela dos Santos, em Balneário Pinhal

res com experiência em cidades maiores têm outra cultura. Em conversa com coordenadores de outras agências no Litoral, durante reunião de praxe no final de maio, Machado afirma que todos perceberam, no movimento por procura de vaga, a presença de pessoas que fugiram das cheias – na ordem de 10% do total de atendimentos em algumas delas.

“Tivemos um movimento de procura por vaga entre os desabrigados”, confirma Dione dos Santos, coordenadora do Sine/FGTAS em Torres. Preocupada com a questão da empregabilidade, ela conta que se reuniu com representantes públicos e do empresariado local logo nas primeiras semanas.

“Por sorte, está se instalando uma unidade Stok Center na cidade, abriram cerca de 200 vagas e estamos encaminhando as pessoas. Ainda estão em fase de entrevistas e seleção”, avisa ela. Em nota à reportagem, a prefeitura de Torres afirma que pelo menos 20 famílias daquelas recebidas durante o caos permanecem na cidade, fato percebido devido a novas matrículas na rede municipal de ensino.

Na primeira semana de junho, o número de atendimentos entre alojados em casas de moradores de

Osório chegava a mais de 850 pessoas, aproximadamente, conforme dados do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Para além da presença de novas pessoas na cidade, o município pode viver um outro efeito das enchentes.

Conforme Lucas Gehlen, presidente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Osório (ACIO), empresas da Região Metropolitana de Porto Alegre atingidas pelas cheias consideram a possibilidade de se mudarem para a cidade. Gehlen foi convidado a participar de um comitê para recepcioná-las e está otimista de que Osório seja escolhido por elas (os nomes não ainda podem ser divulgados). “São indústrias do setor alimentício, do moveleiro, da construção civil e de commodities”, afirma.

Representante do Secovi-RS para o Litoral Norte, Marcelo Callegaro acredita que as consequências definitivas dessa migração causada pelo evento climático só ficarão mais claras nos próximos meses. “A gente ainda não detectou a força dessa migração. Acreditamos que deve haver uma tendência de aquisição de imóveis. Mas temos de aguardar. O que sabemos é que muitas regiões do Estado vão demorar para se recompor”, observa.



Myllena migrou, com o filho Micael, para casa do pai em Tramandaí

LORAINÉ LUZ/ESPECIAL/JC

MYLLENA MOREIRA/ARQUIVO PESSOAL/JC